

# Cobrança pela água já tem pioneiros

Antecipando-se à agência do setor, Ceará e cidades paulistas taxam os consumidores

Regina Scharf  
de São Paulo

O estado do Ceará e várias cidades paulistas decidiram cobrar pelo uso da água, antes mesmo que a Agência Nacional de Águas (ANA) estabeleça a cobrança a nível nacional. Hoje, no resto do País, só se cobra pelo serviço de tratamento e distribuição — não pela commodity.

Desde novembro, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) vem cobrando uma taxa extra para inibir desperdícios. Agora, Piracicaba e outras seis cidades do oeste paulista começaram a arrecadar R\$0,01 por metro cúbico comercializado. Esse dinheiro ajudará a patrocinar projetos de preservação dos recursos hídricos.

A contribuição, voluntária, será repassada para o Consórcio Intermunicipal dos Rios Piracicaba e Capivari, que congrega os municípios da região e 24 empresas, como a Rhodia, a Sabesp e a Refinaria de Paulínia, da Petrobras. Em quatro meses, Piracicaba já contribuiu com R\$ 80 mil, que serão empregados no reflorestamento das margens do rio Corumbataí, que abastece seus 330 mil habitantes.

“Se todos os 41 municípios que integram o consórcio participarem, conseguiremos recolher R\$ 2 milhões anuais”, calcula Sérgio Razeira, coordenador de projetos do Consórcio. Cada real coletado paga o plantio de uma muda. Além de Pi-



racicaba, Santa Gertrudes, Holambra, Pedreira, Amparo, Jaguariúna e Campinas já se preparam para contribuir. Muitas delas já aprovaram leis municipais autorizando o pagamento da taxa.

Outros R\$ 2 milhões anuais já são pagos ao consórcio pelo setor elétrico, como royalties pela exploração da água. “É pouco diante das nossas necessidades”, diz Razeira. A bacia do Piracicaba é uma das mais contaminadas do País.

Edgard Camolese, presidente do Serviço de Águas e Esgoto de Piracicaba (Semae), diz que a empresa não vai repassar a taxa para seus usuários, por enquanto. Ele já encomendou ao Instituto de Pesquisas Florestais (Ipef), ligado à Universidade de São Paulo e às indústrias de papel, um projeto de mapeamento das margens do Corumbataí, usando até fotos de satélite, para identificar a melhor forma de recuperá-las.

O sistema adotado em novembro

pelo Ceará é um pouco diferente. Foi calculada a média de consumo de cada usuário de água tratada do estado. Quem mora na Região Metropolitana de Fortaleza e consome mais de 80% dessa média, paga os 20% restantes em dobro. Quem mora no resto do estado paga em dobro o que excede 100% da média. Quem consome menos de 10 metros cúbicos mensais está isento.

“A medida, associada a projetos educativos, ajudou a equilibrar a demanda. Tanto que o Ceará é o único estado do Nordeste que não está tendo racionamento de água”, diz Fátima Meirelles, assessora de Comunicação Social da Cagece. O cearense médio consome de 200 a 240 litros de água por dia, quando bastariam 150 litros.

A arrecadação extra está ajudando a pagar os custos operacionais da Cagece. Para que a água pudesse ser cobrada, a empresa teve de aguardar a aprovação de uma lei estadual específica, o que ocorreu no fim do mês de novembro.

A regulamentação da cobrança nacional pelo uso da água ficará a cargo da ANA, cuja criação foi aprovada na Câmara dos Deputados em meados de janeiro e que agora será submetida ao Senado. Em princípio, a cobrança será coordenada pelos comitês de bacias hidrográficas, onde prefeituras, usuários, não-governamentais, agricultores e industriais têm assento.

Os comitês ficarão encarregados de estabelecer as tarifas, variáveis conforme a quantidade e a qualidade da água disponível, e determinar o destino do valor levantado. A maior parte dos recursos deverá ficar na própria região onde foi arrecadada e ser aplicada em projetos de preservação. Só em São Paulo já existem mais de 20 comitês, similares ao Consórcio do Piracicaba.

O projeto de lei regulamentando a cobrança no Estado de São Paulo, apresentado pelo governador Mário Covas, está parado na Assembléia Legislativa, em parte pela expectativa pela criação da ANA, em parte pela oposição da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.